



PROGRAMA ELEITORAL

2019 - 2023

“ REAGIR INCLUIR RECICLAR “

Portugal 10/08/2019



Índice

Introdução:.....	3
PROPOSTAS:	4
- Administração Interna	4
- Ambiente e Transportes.....	5
- Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	6
- Cultura.....	6
- Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	7
- Defesa Nacional	7
- Educação	8
- Finanças.....	9
- Infraestruturas e Habitação.....	10
- Justiça.....	12
- Mar	14
- Modernização Administrativa	15
- Negócios Estrangeiros.....	17
- Saúde	18
- Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	20
CONCLUSÃO	23



Introdução:

É fundamental a aproximação entre o Partido RIR e a maioria dos portugueses para que o desenvolvimento da nossa sociedade não fique hipotecado pelas políticas protagonizadas pelos Partidos Tradicionais. Desde logo, o papel crescente do Partido RIR no funcionamento da economia e da sociedade portuguesa é clarificar a procura da verdade, a funcionalidade de qualquer organização e a procura da utilidade de todos os Serviços Públicos.

O Partido RIR tem pessoas capazes, competentes e com provas dadas em diversos setores de atividade, que podem dar ao nosso País o que ele há muito tempo carece e merece. Mas para que isso aconteça, é preciso sensibilizar as portuguesas e os portugueses para a urgência e utilidade do voto no Partido RIR nas Eleições Legislativas de 2019. Além disso, torna-se necessário que todos saibam que os novos partidos políticos têm tido, ultimamente, a nível da Europa uma outra aceitação, já que essa tendência se tem verificado nos Países mais desenvolvidos, em que a Democracia, a Igualdade, e a Justiça, requerem que cada vez mais novos protagonistas apresentem soluções de Governação.

Nas próximas Eleições Regionais e Legislativas, os portugueses têm que repensar o papel e o sentido do Estado, têm que refletir sobre o papel do Estado-Nação num mundo em que as necessidades de decisão e intervenção ultrapassam muito os limites estreitos dos territórios nacionais, ou seja, as fronteiras geográficas. Os portugueses têm que repensar, de igual modo, o papel do Estado na distribuição das oportunidades, no planeamento da construção de novas infraestruturas e na redução das diversas assimetrias Regionais, principalmente, no que respeita às diferenças existentes entre as diversas Regiões do País.

O Partido RIR apresenta assim a sua proposta de Programa Político, a pensar em Portugal e no verdadeiro interesse dos Portugueses, visto que pretendemos apresentar soluções e não problemas, porque com o RIR a política é séria e honesta.

PROPOSTAS:

- Administração Interna

- Reorganização de todos os Serviços do Estado para diminuir a Despesa Pública;
- Extinguir os Serviços Públicos Obsoletos e transferir o pessoal desses serviços para outras áreas fundamentais;
- Criação de uma Autoridade Reguladora da Lei da Acessibilidade;
- Responsabilização individual do autor, infrator e decisor e não do Estado;
- Reforço das Forças de Segurança e meios do Estado;
- Criação de Órgão Judicial Autónomo para o combate à corrupção e tráfico de influências;
- Dignificação do salário dos órgãos de polícia criminal e forças de segurança pública;
- Seguro de cobertura para todos os que em missão de socorro percam a vida;
- Reativação dos Guardas Florestais;
- Apostar na Prevenção dos Incêndios;
- Combate dos Incêndios pela Força Aérea Portuguesa;
- Acabar com o negócio dos incêndios;
- Referendar a Regionalização;

Ambiente e Transportes

- Semear uma árvore nas Zonas afetadas pelos Incêndios por cada voto obtido pelo RIR;
- Incentivo e implementação do recurso às energias renováveis no setor industrial;
- Revisão da Legislação dos Centros de Inspeção Automóvel;
- Apostar na modernização e reforço dos transportes coletivos;
- Generalizar a reciclagem do papel e divulgação de suportes documentais alternativos;
- Fomentar a correta reciclagem de resíduos e redefinição do uso de plásticos;
- Eliminação do ISV na compra de automóveis e redefinição de incentivos fiscais credíveis;
- Maior oferta de transporte marítimo e aéreo do território para as nossas ilhas;
- Reforço do transporte fluvial com especial destaque para a travessia do Tejo;
- Diminuir a carga fiscal sobre os combustíveis;
- Generalização das zonas verdes urbanas e incentivo ao uso de transportes alternativos não poluentes;
- Promover, reestruturar e reformular Legislação para os meios de transporte alternativos;
- Limitação da propaganda política poluente;
- Redefinição da política de arborização com especial enfoque no abate abusivo de árvores;
- Educar para uma melhor forma de olhar os animais;
- Combate ao Abandono - sinalização e criação de mecanismos de acompanhamento real;
- O Povo e o Ambiente estão antes do Lítio! Somos contra esta exploração;

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

- Fomento da plantação de árvores autóctones e generalização do aproveitamento da biomassa;
- Criar um Banco de terras públicas com “terrenos do estado” e privados que aderirem a este programa tendo como contrapartida incentivos fiscais;
- Regular os preços dos produtos e bens de primeira necessidade;
- Promover a sensibilização da população para a defesa da floresta e a manutenção da mesma com inclusão dos mesmos nos planos curriculares;
- Incentivo à criação de empresas e estabilização das mesmas no interior do país com obrigatoriedade de uma permanência temporal mínima;
- Desenvolver Políticas reais e eficientes para combater a desertificação do interior;
- Renegociar a Política Agrícola Comum;
- Diminuir as assimetrias Regionais;

Cultura

- Fomentar, apoiar e valorizar a cultura;
- Fim da utilização dos meios de comunicação de serviço público para a emissão de espetáculos que envolva o maltrato a animais;
- Criação de programas nacionais de âmbito cultural que permitam fomentar a língua e a cultura portuguesa;
- Cooperação entre Ministérios da educação/cultura para incentivo e formação cultural;
- Linguagem gestual em todos os canais de televisão;

Aprovar a linguagem gestual como língua oficial Portuguesa;

- Incentivar a produção literária Portuguesa;
- Promover uma bolsa de artes para jovens artistas;

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

- Promover parcerias entre instituições de ensino e instituições públicas e privadas;
- Revisão da Lei do Acordo Ortográfico;
- Incentivo e apoio a bolseiros;
- Acabar com as linhas de apoio taxadas para informações no serviço público;
- Regular os valores médios de arrendamento para estudantes universitários;

Defesa Nacional

- Cumprir escrupulosamente o Estatuto das forças armadas de forma a dignificar o papel dos militares;
- Repensar as missões militares no estrangeiro em termos estratégicos;
- Reorganizar as Forças Armadas em termos operacionais, logísticos e estratégicos;
- Apostar na profissionalização das Forças Armadas;

Educação

- Inserção no ensino básico de disciplinas de âmbito profissional e diversificado;
Promover no ensino escolar (9.º ano, 10ª ano, 11.º ano) a realização de estágios obrigatórios;
- Incluir serviços mínimos de voluntariado no âmbito da disciplina de educação cívica;
- Promover planeamento estratégico do ensino a médio e longo prazo face a previsíveis necessidades educacionais e profissionais;
- Garantir a maior autonomia financeira, nomeadamente na gestão de recursos humanos no sistema de ensino;
- Reativar o ensino profissional técnico;
- Reforma do Sistema educativo. Revisão séria dos programas educativos;
- Obrigatoriedade do Ensino e prática musical e artes no ensino escolar;
- Incentivo à prática desportiva nas escolas;
- Dotar as Escolas de Equipas multidisciplinares para a prevenção de conflitos;
- Valorizar e incentivar a Cultura Geral;
- Inclusão dos Educadores Sociais a tempo parcial nas Escolas (Implantação de atividades socioeducativas emocionais nas Escolas);
- Inclusão dos Educadores Sociais em Creches, Infantários, Lares e Centro de Dia;
- Incluir os Educadores Sociais no Acompanhamento Emocional aos Professores, Auxiliares de Ação Direta, Auxiliares de Educação (etc);
- A Escola deve ser o Centro da Vida Educativa no nosso País;
- Revisão das bolsas de mérito.

Finanças

- Controlar a Dívida Pública e apostar na sua diminuição;
- Redução sustentável dos impostos às empresas e cidadãos;
- Equidade Fiscal, burocrática e linhas de apoio;
Baixar os preços da energia para o consumidor doméstico;
- Fim de todas as isenções fiscais para os Partidos políticos;
- Possibilidade de descontar IRS de PPR nos rendimentos dos não residentes;
- Fiscalização e obrigatoriedade de provas aquando do uso de subsídios estatais;
- Evitar a Evasão Fiscal e Economia Subterrânea;
- Alterar as condições para o Adicional de IMI;
- Alterar a condição de recursos para a atribuição da Isenção do IMI;
- Baixar o valor do IVA da eletricidade para todos, independentemente, da potência contratada;
- Procurar uma “Fiscalidade mais Simples e mais Justa”;
- Combater as injustas e inadequadas Isenções Fiscais em Fundações, Partidos Políticos, Banca, Fundos de Investimento;
- Fim das “Parcerias Público-Privadas” é urgente e necessário para se defender o Erário Público;
- Transferência para a zona da “carteira de atividades exportadoras“ de atividades residindo presentemente na esfera das não transacionáveis;
- Rápido enriquecimento da “carteira de atividades exportadoras“ assente na atração de investimento direto estrangeiro e consolidado pelo crescimento das PME´ S Portuguesas;

Infraestruturas e Habitação

- Incentivar a construção de prédios e residências auto-sustentáveis;

Redução de taxas portuárias e criar no Porto de Sines uma grande porta de Entrada e Saída da Europa de mercadorias;
- Criar uma linha ferroviária de bitola Europeia para garantir a ligação exclusiva de carga do porto de Sines a um Complexo de Logística a criar no Interior do país;
- Reabilitar as linhas existentes de ferrovia e reativar linhas consideradas potenciais para turismo ou transporte de mercadorias no interior do País;
- Apostar na renovação de equipamentos da ferrovia;
- Extinção das portagens nas SCUTS criando um modelo tipo de selo anual;
- Rever os contratos de PPP das rodoviárias em termos de valores;
- Construção do novo IC:35 (Castelo de Paiva - Penafiel);
- Conclusão da Ligação do IC 5 a Espanha;
- Nova Ponte sobre o Pocinho e concluir o IP2;
- Acabar urgentemente com o IP 3 e concluir a A24;
- Requalificar o IP 1;
- Todos os semáforos devem ser sonorizados e os passeios terem guias indicativas;
- Todas as paragens de autocarros devem ter um sistema de voz a indicar a chegada dos meios de transporte;
- Todos serviços públicos e não só devem ter acesso a pessoas com deficiência;



- Investimento público nas várias infraestruturas do Estado que estão degradadas;
- Estamos contra a localização do Novo Aeroporto no Montijo. Defendemos outras Localizações, como por exemplo, Alcochete, Beja, Monte Real, etc.

Justiça

- Todos os reclusos devem compensar o Estado, através de diversos trabalhos, para compensarem o custo diário da sua prisão;
- Facilitar o acesso do cidadão comum à justiça;
- Políticos e/ou trabalhadores do Estado condenados por crimes económicos devem ficar impedidos de exercer cargos de direção ou de supervisão públicos ou equiparados por tempo indeterminado com perda total de regalias;
- Lei da Transparência - Sempre que haja constituição de arguido por parte de um Tribunal, e que esteja em exercício de funções, deve haver suspensão imediata de funções;
- Colocar na Constituição da República o combate à Corrupção como dever de todos, incluindo, do poder político;
- Proibição de negócios de que espécie for entre ascendentes e descendentes que exerçam qualquer cargo de exercício público;
- Sempre que se verifique intervenção direta ou indireta por parte de governante em benefício próprio e prejuízo do Estado, deve haver cessação imediata de funções;
- Criminalização para executores/políticos pelas más decisões tomadas e má utilização dos dinheiros públicos;
- Agravamento da pena para incendiários e revisão do Código Penal para este tipo de crimes;
- Condenação de empresas e seus responsáveis que tenham intervenção direta nos terrenos queimados pelos Incêndios;
- Abandono imediato do Lar por parte do agressor em caso de violência doméstica comprovada e acompanhamento profissional/clínico a este;
- Agravamento da pena para agressores e abusadores para crimes de violência doméstica;

- Acompanhamento permanente e rigoroso por parte das autoridades após a sinalização ou desconfiança de agressão / violência doméstica;
 - Punição dos infratores por falsos casos de violência doméstica;
 - Incompatibilidade de consulta ou entrega a sociedades de advogados sempre que se verificar existência de ex- membro ou membro dessa no exercício de funções públicas;
 - Alteração do Código Penal:
 - a) Alteração do cúmulo jurídico em casos de homicídio, pedofilia e violação;
 - b) Agravamento das penas em caso de crimes de colarinho branco, corrupção e tráfico de influências;
 - c) Penas para crimes de fuga de informação ou fuga de Segredo de Justiça;
 - d) Criminalização para abandono de idosos por maus tratos ou negligência com perdas de direito às heranças;
 - e) Criminalização para negligência médica comprovada;
 - Os crimes de sangue, violação, abuso sexual de menores e adultos, de corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais não devem prescrever e devem ser cumpridos na íntegra. Este tipo de crimes não devem ver reduzida a pena seja por bom comportamento, ou por qualquer outro motivo;
 - O Cúmulo Jurídico deve deixar de ser os atuais 25 anos e passar para, pelo menos, 35 anos;
 - Implementar uma Cultura de Responsabilização onde os Magistrados, quando cometem um erro grave de julgamento, têm de indemnizar o lesado;
 - Todo aquele que exerce um cargo público deve fazê-lo em exclusividade;
 - Baixar significativamente as custas judiciais acabando de vez com a justiça dos ricos e a injustiça dos pobres;
- Rever a Tabela de Honorários dos advogados que fazem apoio jurídico;

- Dotar todos setores da justiça com meios e funcionários suficientes para que a justiça seja mais eficaz e muito mais célere;
- Inclusão de Educadores Sociais nas Instituições Prisionais – O recluso deve ter acompanhamento psicossocial e um plano de reinserção social para se reintegrar novamente na sociedade;
- Criação da Lei sobre Agressão Intrafamiliar;

Mar

- Adoção de política científica para o estudo efetivo dos recursos e das pescas;
- Reavivar os estaleiros navais promovendo e incentivando empresas e entidades para a formação e inovação de processos e produtos;
- Captar maiores cotas de pescado para Portugal, estabelecer contactos além UE para comercialização do nosso pescado;
- Criar condições para fomentar o turismo do Mar;
- Fiscalizar contratos de concessão relacionados com o mar;
- Ter empresas nacionais responsáveis pelas dragagens e não recorrer como atualmente a empresas estrangeiras;
- Tornar mais frequentes as ligações via FERRY às Ilhas da Madeira e Açores;
- Exigir a nível comunitário uma maior cota para o pescado na nossa costa, aproveitando a nossa posição geográfica a nível de mar;
- Promover ações de limpeza nas praias nacionais e eliminar os plásticos na nossa Orla Costeira;

Modernização Administrativa

- Ajustar os horários de atendimento ao público, de alguns serviços públicos, até às 19 horas, onde após as 16 horas só será permitido o atendimento por marcação prévia;
- Desburocratizar processos e procedimentos ao cidadão em documentação através da possibilidade de cruzamento de dados com outros organismos do estado;
- Obrigação de resposta aos cidadãos em tempo útil dos serviços públicos em claro cumprimento das Leis existentes;
- Nomear Dirigentes com base na experiência curricular para a função em causa e acabar com as nomeações por outros critérios;
- Combater a corrupção em todas as áreas através da realização de auditorias e cruzamento de dados com outras entidades;
- Criar uma única plataforma de contratação pública com total controlo administrativo por parte do Estado;
- Criação de uma “Plataforma de Compras” para a aquisição de Bens e Serviços por parte do Estado;
- Criar um Serviço de Portas abertas, de forma a garantir que eleitos recebem e ouvem quem os elege, onde para alguns cargos públicos seja obrigatório terem agendas publicas online;
- Comunicar os actos governativos e administração pública de forma simples e eficaz de forma a que todos entendam;
- Comunicar as contas publicas, receitas e despesas de forma a que todos entendam e saibam para onde vai o dinheiro;

Criar incentivos reais e eficazes ao estímulo da natalidade e não os remendos que se têm vindo a fazer;

- Suprir Diferenças entre público v/s privado;
- O Estado não pode privatizar áreas como a saúde, educação, transportes públicos, segurança e justiça;
- O povo e o poder, ou o poder do povo, têm de se unir na liderança do destino de Portugal;
- Implementar um “Modelo de Desenvolvimento” que exija uma participação muito mais ativa dos atores económicos, sobretudo das empresas e dos sindicatos, mas também das Escolas e das Universidades;
- Precisamos de uma atitude mais ambiciosa e menos fatalista, precisamos de uma Função Pública orientada para a eficiência, para o rigor e para o crescimento económico do nosso País;
- Criação e reforço das capacidades do Estado e do Sector Público;
- Conceção de determinadas políticas, nas áreas sociais, culturais e ambientais;
- Criar na Função Pública uma lógica de satisfação de todos os contribuintes e de todos os agentes económicos;
- Lançar um conjunto largo, coerente e eficiente de iniciativas de mudança nas Estruturas da Administração Central e das Administrações Regional e Local, envolvendo uma compreensão harmoniosa dos papéis do Estado, da Região, do Município e da Freguesia;
- INCLUIR todas as pessoas na participação da vida pública;
- Exclusividade de mandatos - Limitação entre 2 a 3 mandatos para todos os cargos de exercício público;
- Estudar a possibilidade de implementação do voto obrigatório;
- Proibição de manutenção em exercício de cargo público quando atinge a limitação, através da mudança de partido político ou como candidato independente;

- Reforma do sistema eleitoral através de círculos mistos plurinominais e uninominais;
- Alteração do método Hondt para todas as Eleições na distribuição de mandatos;
- Introdução do Voto Eletrónico de forma não presencial;
- Obrigatoriedade de prestação anual do exercício de função de deputado;
- Redução das gorduras do Estado e das Nomeações abusivas;
- Aumento do Salário mínimo nacional público/privado igual entre 10,00 € a 25€ anuais;
- Exclusividade de Mandatos para todos os cargos de Exercício público;
- Atribuição de Tecto Máximo para Campanhas Eleitorais (250.000,00 € por partido político);

Negócios Estrangeiros

- Captação de investimento estrangeiro através do consumo e exportação dos nossos produtos, com a criação de um guia empresarial por sectores;
 - Apostar no Marketing externo de promoção de Portugal não só no turismo, mas expandir a outros sectores;
 - Cooperação territorial de forma a facilitar e promover a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional entre Portugal e Espanha;
 - Desburocratizar os Serviços nos Consulados de forma a facilitar a vida aos nossos emigrantes;
 - Lançar medidas concretas para que os nossos emigrantes possam regressar a Portugal;
 - Criar incentivos fiscais para qualquer investimento dos emigrantes no nosso País;
- Fomentar a exportação de produtos e bens para as nossas comunidades no estrangeiro;

Saúde

- Criar a “Factura do Utente na Hora” de forma a que o utente possa perceber os recursos que foram despendidos na sua doença e de forma a evitar situações de burla;
- Monitorizar todo inventário disponível e realizar auditorias mais frequentes e exaustivas;
- Criar o Calendário/Escala de equipa e garantir a sua visibilidade pública;
- Criar objetivos específicos de progressão salarial e de carreira;
- Criar mais programas de promoção da saúde e rastreios mais frequentes e disponíveis em todos os Centros de Saúde;
- Garantir cuidados médicos a todos os doentes e possibilitar um programa de “visita médica” nas zonas do interior sem Centros de Saúde;
- Criar nos meios rurais um Serviço que permita o apoio constante e gratuito através de uma linha de telefone, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com encaminhamento para os serviços de urgência médica de cada concelho, com assistência ambulatoria e, se necessário, domiciliária;
- Criação de uma plataforma para consulta de dados médicos dos doentes por clínicos, comum à rede pública e privada;
- Garantir os subsistemas de ADSE acessíveis a todos os cidadãos;
- Taxar os cuidados de saúde animal, serviços de bem-estar e produtos de ordem alimentar ou medicamentosa animal à taxa reduzida de IVA;
- Dentistas no Serviço Nacional de Saúde;
- Exclusividade de médicos e enfermeiros com contrapartida remuneratória;
- Defendemos um “Sistema Integrado de Prestação de Cuidados de Saúde” que ofereça aos seus utentes o acesso a um médico por família, que deve trabalhar em regime de exclusividade para o Estado;

- Avaliar as parcerias público–privadas na área da Saúde;
- Reforço do atendimento em Centros de Saúde para libertar hospitais;
- Urgências graves devem estar isentas da taxa moderadora e das taxas moderadoras dos exames complementares de diagnóstico;
- Todos exames prescritos pelo SNS para diagnóstico devem ser gratuitos;
- Divulgação acessível do Estatuto de Cuidador Informal de acordo com a Lei 100/2019 de 6 de Setembro;
- Realização de um referendo vinculativo sobre a Eutanásia;
- Definitivamente, médico de família para todos Portugueses;
- Criar um SNV (Serviço Nacional Veterinário) para animais domésticos através de uma rede de veterinários privados, financiado através de um valor mensal para os aderentes do Serviço;
- As Terapias Emocionais (e qualquer outra terapia relacionada com a saúde mental) comparticipadas pelo Estado Português;
- Todos os cidadãos têm direito à proteção da sua saúde e não podem continuar a sofrer com as longas listas de espera;
- A proteção da Saúde deverá ser sempre assegurada pelo Estado a quem incumbe “garantir uma racional e eficiente cobertura médica e hospitalar em todo o País“;
- Criação de polos de cuidados continuados e paliativos com equipas multidisciplinares;

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

- Gradualmente **aumentar as pensões mínimas dos pensionistas;**
Prolongar o subsídio de Desemprego em mais seis meses dos atuais prazos;
- **Aumentar o salário mínimo** dos profissionais de vários sectores, desde o público ao privado;
- Aumentar gradualmente o salário em sede de Concertação Social;
- **Estabelecer um diálogo proactivo com os sindicatos;**
- Isenção de impostos mediante políticas de criação de novos postos de trabalho efetivos provenientes de trabalhadores em situação precária ou socialmente discriminatória;
- Simplificar e otimizar processos de candidatura a linhas de apoio;
- Criação de balcões de apoio especializado na orientação de empresas e cidadãos “Orientador Empresarial”;
- Garantir transparência no acesso à informação por parte dos contribuintes e beneficiários;
- Auditoria a todo o cidadão beneficiário do RSI ou quem beneficia de habitação social;
- Apoio efetivo e real há natalidade, alargar a licença de maternidade e paternidade, isentar de IVA as fraldas, aumentar substancialmente o abono de família, entre outras medidas;
- Revisão da Lei do Subsídio de Reinserção Social - vulgo Rendimento Mínimo e fiscalização do mesmo;
- Política de ativação de desempregados principalmente de longa duração;
- Tabelar tetos mínimos de salário por categoria profissional para todos os ramos e áreas;

- 35h para todos, um país um horário;
- Estabelecer o Horário nocturno a partir das 20h;

Horas extraordinárias pagas em banco de horas devem ser por opção e não imposição;
- Revisão da Lei da Greve;
- Fim da falsa utilização dos Recibos verdes;
- Possibilitar a aquisição de certificados de reforma a todos os emigrantes portugueses;
- Contratação Pública para todos os cargos do estado;
- Indemnização e obrigatoriedade de acompanhamento a acidentados ou famílias a vítimas de exercício de salvação nacional;
- Terminar com as regalias após o exercício de cargo público;
- Abolição do Termo Deficiência e utilização do termo” Diversidade Funcional”;
- A atribuição e cálculo de reforma deve ser igual para todos os requerentes, públicos ou privados;
- Diminuir os prazos para o deferimento de um pedido de pensão;
- Instituir o Domingo como o dia dedicado à família;
- Reverter a alteração da Lei sobre o período experimental;
- Criação substancial de lares em que seja respeitada a dignidade da pessoa idosa e a sua vulnerabilidade económica;
- Criação da entidade CPPI – Comissão de Proteção da Pessoa Idosa para sinalizar e combater o abandono, violência, maus tratos e bullying;

- Incentivo a Educadores Sociais em Lares na realização de atividades de estimulação cognitiva a utentes com demência agravada e inclusive acamados;

Incentivo à criação de Instituições que protegem a Violência e abuso sexual de homens e mulheres;

- Alterar a Lei do Estatutos das IPSS no que concerne às Eleições dos Corpos Dirigentes;
- Idade da Reforma igual no Privado e no Público;
- Aumento das reformas e pensões mais baixas;
- Acabar com os 3 dias de carência das Baixas por doença e toda a medicação e exames complementares de diagnóstico referente à causa da baixa que devem ser gratuitos.



CONCLUSÃO

Somos inconformados e entusiasmados, queremos grandes mudanças, que sejam criativas e em algumas que sejamos pioneiros, queremos falar com todas as cores, queremos FALAR COM 100% E SER 360°, mas isto só vai funcionar se caminharmos juntos, esta deverá ser a nossa matriz, a nossa IDEOLOGIA, Reagir, Incluir, Reciclar, com medidas que vão garantir uma maior equidade entre os Portugueses, nisso já o R.I.R. se orgulha por ser diferente em várias frentes, comprometendo-se hoje e sempre em estar com o Povo, ouvir o Povo e essencialmente dar voz ao Povo, não só de 4 em 4 anos mas 365 dias por ano.

VIVA PORTUGAL!

ESTAMOS JUNTOS!

RIR é Política à Séria!